



EDUCAÇÃO

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 03 | Julho-Agosto | 2019

ÍNDICE

03	Educação Infantil – Programa Proinfância
04	CEDUC ministra palestra sobre cidadania no Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia
05	Editorial sobre a Campanha #SejaBrother – juntos contra o Bullying
06	Evento de conscientização contra o bullying reúne 1,5 mil alunos do Senac
07	MP promove oficinas de segurança digital em Amargosa e Jequié
08	Participação da Rede de Controle fortalecerá ações do ‘Saúde + Educação’
09	MP recomenda que Município de Salinas da Margarida assegure nutrição adequada para os alunos da rede pública
10	Ação busca assegurar acompanhamento técnico para estudantes com deficiência na região de Brumado
11	“Educação: já tenho um Plano!”
12	Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação e o Ministério Público

EDUCAÇÃO INFANTIL – PROGRAMA PROINFÂNCIA

O CEDUC encaminhou, neste mês de agosto, Informação Técnica aos promotores de justiça atuantes na defesa da educação, a fim de que avaliem a possibilidade de acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos do [Programa Proinfância](#), que visa garantir o acesso de crianças a creches e escolas bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil, na esteira da meta 1 do [PNE](#) (Plano Nacional de Educação).

É importante ressaltar que nos últimos anos foi observado pelos órgãos de controle e fiscalização (MPF e MPE) através do Grupo Interinstitucional Proinfância, a ausência de planejamento, transparência e eficácia na execução das obras do Programa Proinfância, resultando que em muitos municípios baianos tais equipamentos sofreram solução de continuidade, e no caso daqueles que foram concluídos não se tem a informação exata de quantos encontram-se em funcionamento.

Sobre a legitimidade do MPE para intervir nas questões relacionadas ao Programa em apreço, registra-se o entendimento do **Supremo Tribunal Federal, proferido no bojo da Ação Civil Originária nº1827/MT-MT de relatoria da Ministra Cármen Lúcia ao vaticinar que** *“Embora esteja a cargo do Ministério Público Federal, a apuração de irregularidades relacionadas à execução dos programas e ações governamentais indicados, à aplicação de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e à consecução dos objetivos traçados a partir dessas políticas públicas, isso não deve inibir a atuação do Ministério Público Estadual em apurar eventuais deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área de educação.”*

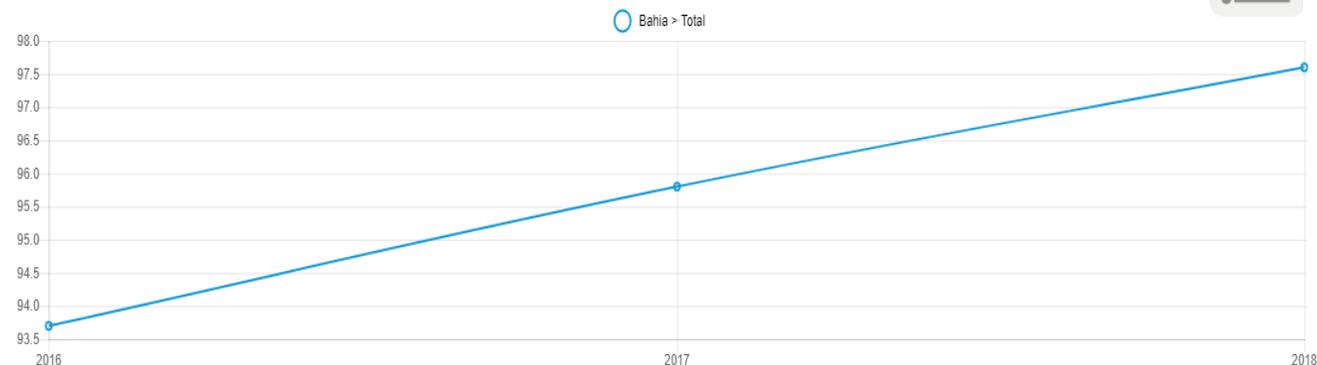


Gráfico 1 : Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil - Bahia (Meta 1.A Alcance de 100%)
Fonte: <http://www.observatoriodopne.org.br/dossie>

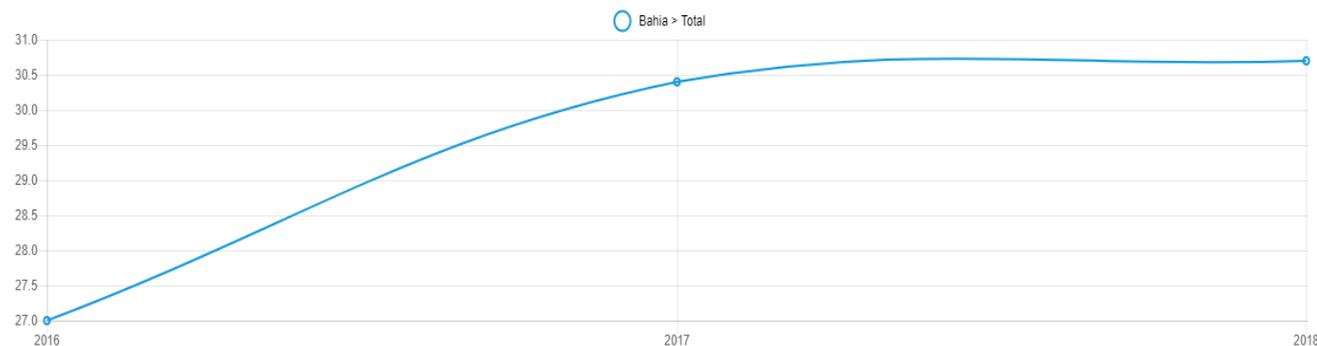


Gráfico 1 : Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos na Educação Infantil - Bahia (Meta 1.A Alcance de 50%)
Fonte: <http://www.observatoriodopne.org.br/dossie>

O programa – Lançado em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC), o **Proinfância** tem o objetivo de corrigir as disparidades de acesso e de garantia do padrão mínimo de qualidade de ensino e a adequação da rede física escolar de educação infantil às condições ideais de ensino-aprendizagem. De 2012 a 2015, a meta era apoiar a construção de sete mil creches e pré-escolas no Distrito Federal e nos municípios. Segundo levantamento da Controladoria-Geral da União, no entanto, há atualmente cerca de 867 obras de educação inacabadas em todo território nacional, cujos termos de compromisso ou convênios estão com prazo de vigência expirado. Dessas 867 obras, 466 são creches do Programa Proinfância.

CEDUC ministra palestra sobre cidadania no Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia

Os servidores do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação - CEDUC, **José Gomes (Sérgio) e Elizabete Alves**, ministraram palestra no dia 18 de julho no Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia. A mencionada instituição de ensino vem promovendo o Projeto Cidadania, que tem como um dos objetivos despertar nos estudantes a importância do exercício da cidadania com direitos e deveres que lhes permitem participar da vida política.

Nesse sentido, foi o discurso inicial do **pedagogo Sérgio** que enfatizou a importância da educação na formação do cidadão e citou algumas temáticas voltadas à cidadania na sociedade do conhecimento, como a solidariedade, a democracia, os direitos humanos, dentre outros. Logo após, foi explicado aos estudantes sobre o papel do Ministério Público na sociedade, as diversas áreas de atuação, com breve explanação de todos os cargos existentes na instituição e suas competências.

Em relação à atuação educacional, os servidores esclareceram as atribuições do CEDUC e das Promotorias de execução, além de apresentar os Projetos e Programa ([Milênio](#), [Escola Inclusiva](#), [Saber Melhor](#), [Escola Sustentável](#), [Escola Legal](#) e [#sejabrother](#)) que fazem parte do CAO. Participaram também com stands e palestras, Instituições como CEDECA, Defensoria Pública, Centro de Referência Loreta Valadares, PROCON, HEMOBA, LGB, Juizado, Conselho Tutelar e Delegacia da Mulher.



Um total de 1,5 mil estudantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) participaram do evento de lançamento do projeto “**#sejabrother – Juntos contra o Bullying**”, do Ministério Público estadual, realizado na Casa do Comércio, em Salvador, na última terça-feira, dia 23 e hoje, dia 25. Os jovens aprendizes assistiram às palestras da promotora de Justiça Cíntia Guanaes, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação (Geduc), e da advogada Ana Paula de Moraes, especialista em Direito Digital. Elas abordaram os temas do bullying e da segurança digital. O evento foi resultado de uma parceria entre o MP e o Senac.

“O MP vem propor, através do projeto, que o estudante seja o agente de transformação pela cultura da paz. É preciso saber o que é o bullying, discutir a violência e sobretudo construir um ambiente escolar de aprendizado e respeito. Convidamos todos os jovens a participar da campanha, escolhendo o lado certo no enfrentamento ao bullying”, afirmou a promotora, que coordena o projeto. Segundo a promotora, a parceria com o Senac, que atende na sua unidade na Praça da Sé ao Programa de Aprendizagem, foi bastante positiva, pois a campanha passa a ampliar sua abrangência à educação profissional. Na palestra intitulada “Vamos Falar de Bullying”, a promotora explicou os objetivos da campanha, abordou dispositivos legais e falou sobre o conceito de bullying e as consequências da prática para as vítimas e o desenvolvimento saudável do ambiente escolar.



“**#sejabrother**” é uma campanha do MP, desenvolvida conjuntamente pelo Centro de Apoio Operacional de Educação (Ceduc), Centro de Apoio Operacional às Crianças e Adolescentes (Caoca) e o Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos (Nucciber), que envolve escolas das redes pública e privada para desenvolver ações integradas, cujo objetivo é conscientizar jovens a não praticar e combater o bullying. A campanha foi lançada em abril deste ano.

Fotos: Soraia Carvalho

Redator: George Brito (DRT-BA 2927)

MP promove oficinas de segurança digital em Amargosa e Jequié



Fonte da foto: CEDUC

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre segurança digital e capacitar profissionais da área de educação para a promoção do uso seguro e consciente da Internet, o Ministério Público Estadual promoveu nos dias 24, em Amargosa, e 25, em Jequié, a oficina “Segurança e Cidadania Digital: Educando para boas práticas online”. Participaram das aberturas das oficinas o coordenador do Núcleo de Crimes Cibernéticos (Nucciber), promotor de Justiça **Moacir Nascimento Jr**, o diretor de educação da SaferNet, **Rodrigo Nejm**, a representante da Superintendência de Educação Básica do Estado da Bahia, Neia Andrade, e o pedagogo **José Gomes da Silva**, Analista Técnico no CEDUC/MPBA.

“O trabalho preventivo deve ser realizado por órgãos públicos e instituições privadas, especialmente aquelas envolvidas com educação de crianças e adolescentes, como forma de diminuir a incidência dos atos praticados por criminosos no espaço cibernético”, afirmou Moacir Nascimento Jr, que ministrou palestra de abertura em ambos os eventos com o tema “Cidadania digital e combate aos crimes cibernéticos”.

A programação das oficinas também incluiu discussões sobre o enfrentamento do bullying no ambiente escolar e a aplicação de recursos pedagógicos. Compareceram aos eventos Paulo Andrade, Secretário Municipal de Educação de Jequié, Márcia Almeida, Secretária Municipal de Educação Amargosa, e José Calais, Coordenador do NTE de Jequié, além de professores da rede pública e privada, coordenadores pedagógicos, alunos do ensino médio e integrantes do sistema de garantia dos direitos de crianças e adolescentes de diversos municípios da região.

Fonte: Assessoria de Imprensa – CECOM/MPBA

Participação da Rede de Controle fortalecerá ações do ‘Saúde + Educação’

Uma parceria entre o Ministério Público e a Rede de Controle da Gestão Pública permitirá que os órgãos colaboradores do **‘Saúde + Educação: Transformando o Milênio’** participem de forma mais ativa e independente da fiscalização do programa, o que deve ampliar a sua ação. No seminário **‘Ministério Público e Rede de Controle – Juntos por mais Saúde e Educação’**, hoje, dia 12, o gerente do ‘Milênio’, promotor de Justiça Adriano Marques, anunciou que o aplicativo lançado este ano para otimizar o sistema de controle e unificar a base de dados será disponibilizado também para os integrantes da rede de controle devidamente cadastrados. “A abertura desses dados para a rede é importantíssima, pois assegura um alcance ainda maior para o nosso trabalho”, salientou Adriano Marques, ao lado da promotora de Justiça Rosa Atanázio, que assumirá a gerência do projeto em seu lugar.

Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Defesa da Saúde Pública (Cesau), o promotor de Justiça Rogério Queiroz, frisou que esse é um importante passo que fará do ‘Milênio’ ainda mais dinâmico. “Para além de estruturar as unidades de saúde, medidas como essa permitem que o projeto chegue na ponta, melhorando a qualidade do serviço prestado ao contribuinte”, salientou o coordenador do Cesau. A versão *mobile* do aplicativo foi apresentada pelo analista em tecnologia da informação do MP, Gessé Silva. Uma das pioneiras do projeto, a promotora de Justiça Maria Pilar Menezes, falou sobre as origens e a evolução do ‘Milênio’, destacando momentos marcantes, como a conquista do prêmio de melhor projeto da categoria Defesa dos Direitos Fundamentais do ‘Prêmio CNMP’, em 2013.



Fotos: Rodrigo Tagliaro (Rodtag)

[LEIA NA ÍNTEGRA](#)

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça **Mirella Barros Brito**, recomendou ontem, dia 03, ao prefeito e à Secretária Municipal de Educação de **Salinas da Margarida** que determinem a elaboração, por nutricionista, de um cardápio para todas as escolas do município. O objetivo é assegurar a **oferta de alimentação gratuita e saudável** respeitando o que está previsto na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A promotora recomenda ainda que no cardápio conste a composição nutricional e que o planejamento da merenda inclua a identificação das receitas a serem desenvolvidas pelas merendeiras com os quantitativos precisos dos ingredientes a serem utilizados, assegurando, dentre outras coisas, a oferta de frutas e hortaliças pelo menos três vezes por semana.

Ela orientou que o Município apresente o cardápio ao Ministério Público nos próximos 20 dias. O Município deverá ainda apresentar um cronograma de visitas do nutricionista responsável pela merenda às escolas da rede pública para acompanhar de forma regular “a fiel execução do cardápio”, além de coordenar ações de alimentação que promovam melhoria na qualidade do serviço prestado e conscientização quanto à necessidade de uma alimentação saudável. Na recomendação, a promotora de Justiça orienta que o cardápio mensal seja disponibilizado publicamente nas escolas, inserido em mural “de fácil visualização” pelos responsáveis legais dos alunos, bem como dos órgãos de controle. “Assim, garantiremos o efetivo controle social da execução da política pública”, reforçou Mirella Brito.

Redator: Gabriel Pinheiro (DRT-BA 2233)

Ação busca assegurar acompanhamento técnico para estudantes com deficiência na região de Brumado

Uma **ação civil pública** que busca assegurar o direito de estudantes diagnosticados com deficiência a um acompanhamento técnico em escolas estaduais de Brumado, Aracatu e Malhada de Pedras foi ajuizada pelo promotor de Justiça **Millen Castro de Moura** ontem, dia 31. Ele solicita à Justiça deferimento de medida liminar para obrigar o Estado a ofertar técnico de educação inclusiva na modalidade adequada às necessidades especiais dos estudantes que precisam de apoio escolar na rede estadual de ensino, de forma contínua, ainda este ano de 2019. Segundo o promotor, um levantamento realizado no primeiro semestre identificou 26 estudantes com deficiência matriculados em escolas estaduais dos três municípios.

Na ação, Millen Castro registra que os profissionais deveriam estar apoiando os alunos desde o início das aulas. Diversas normas apontam a importância da adaptação da realidade escolar ao aluno com deficiência, dentre estas a necessidade de oferta de profissional de apoio como condição para gozo do direito à educação, frisa ele. De acordo com o promotor, o Governo do Estado ao editar as **Diretrizes da Educação Inclusiva** no Estado da Bahia, reconheceu a necessidade não apenas do aluno com deficiência ser acompanhado individualmente durante as classes regulares como também ser assistido em atividades extraclasse que possam fortalecer sua cidadania por meio de desenvolvimento de suas habilidade próprias. Millen Castro solicita à Justiça que, ao final, determine a oferta dos monitores a todos os estudantes das escolas estaduais dos três municípios que venham a ser identificados com deficiência e precisem de apoio individual, aos já matriculados ou que venham a integrar o corpo estudantil, de forma contínua, desde o primeiro dia de aula. Eles devem ter assegurada ainda a participação nas atividades em sala de recursos multifuncionais ou oficina pedagógica de formação para o trabalho ou centro de apoio pedagógico especializado cuja solicitação seja feita pelos responsáveis legais ou gestor da unidade escolar.

Redator: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

“Educação: já tenho um Plano!”



Durante uma semana, eventos acadêmicos, educativos e políticos foram realizados em escolas, praças públicas, bibliotecas comunitárias, universidades e secretarias de educação para debater o [balanço das metas no 5º ano](#) do Plano Nacional de Educação – [Lei 13.005/2004](#).

Ao todo mais de 190 mil pessoas foram sensibilizadas para participar do [monitoramento do Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#) e da defesa da proposta para um novo [Fundeb \(Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação\)](#), permanente e robusto.

Fonte: <http://www.deolhonosplanos.org.br>

[LEIA NA ÍNTEGRA](#)



Os números do PNE

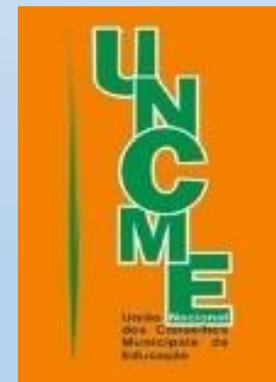
○ Plano Nacional de Educação foi organizado como uma agenda progressiva de cumprimento de suas metas. Isso significa que seus dispositivos estão dispostos em um cronograma de prazos com tarefas distribuídas ao longo do tempo de sua vigência. Se uma tarefa agendada para 2015 não for cumprida, ela prejudica o andamento de outra tarefa agendada para 2016 e assim por diante. As metas estruturantes do Plano com prazo até 2019 não foram alcançadas. Essa é a avaliação presente no [Relatório de Balanço do PNE](#), elaborado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e lançado no último dia 27 de maio, no auditório da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

O documento demonstrou que das 20 metas da Lei apenas 4 foram parcialmente cumpridas e as outras 16 metas permanecem estagnadas. Entre os destaques do relatório está a estagnação das metas 1, 2 e 3, referentes à universalização do acesso à Educação Básica. O lento avanço dos indicadores evidencia que, todos os anos, milhões de crianças continuam fora da creche, da pré-escola e dos ensinos fundamental e médio.

Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação e o Ministério Público

Dando cumprimento à iniciativa estratégica ministerial que visa assegurar o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação, o CEDUC elaborou a [Informação Técnica nº 22/2019](#), acompanhada de minutas de peças bem como do exemplar da Nota Técnica Conjunta, produzida em parceria com a UNCME e no bojo do Projeto Saber Melhor, direcionada a subsidiar os Promotores de Justiça da área educacional no seu ofício de fiscalizar o funcionamento dos serviços legalmente afetos aos mencionados Conselhos.

Conforme destacado nos elementos coligidos, os fatos que originaram essa demanda foram colhidos a partir de relatos em torno das deficiências no funcionamento de muitos desses Conselhos, sobretudo por não estarem organizados como unidades administrativas e não possuírem orçamento próprio, além de não disporem de espaço físico, equipe técnica e pedagógica, equipamentos, materiais, cursos de capacitação e de apoio suficiente para participarem das atividades institucionais, situações estas que não têm recebido o devido tratamento pelos Gestores municipais para sua resolutividade, dificultando, por isso, e até mesmo impedindo o cumprimento das atribuições definidas por Lei aos CMEs, em especial o acompanhamento, monitoramento e a avaliação dos Planos Municipais de Educação e das Políticas Públicas que lhe são correlatas.



Expediente

Procuradora Geral de Justiça

Ediene Santos Lousado

CEDUC

Coordenador

Valmiro Santos Macêdo

Equipe

Cristiane Moreira Araújo

Elizabete Alves Silva Ferreira

Fabíola Pimentel Diógenes Letier de Almeida

José Gomes da Silva (Sérgio)

Simone Ribeiro Silva Ribeiro

Organização e Produção do Boletim

Elizabete Alves Silva Ferreira

Valmiro Santos Macêdo

✉ Ceduc@mpba.mp.br

☎ 3103-0385

☎ 3103-0387

☎ 3103-0388



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui